

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2025, no auditório da UNIPAC, em Governador Valadares/MG, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Mariana Cristina Diniz dos Santos, foi realizada Audiência Pública com o objetivo de coletar subsídios da sociedade para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2026-2029. O evento contou com a presença de representantes dos poderes Executivo e Legislativo, da Defensoria Pública, de conselhos de direitos, de organizações da sociedade civil, de coletivos culturais, de instituições de ensino públicas e privadas, de estudantes e de cidadãos em geral.

### 1. Objetivo

O presente encontro destinou-se a debater e coletar propostas, diagnósticos e informações da comunidade para subsidiar **a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do município de Governador Valadares para o período de 2026-2029**, com ênfase nas políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens.

### 2. Desenvolvimento dos Trabalhos

Ao iniciar os trabalhos, a Promotora de Justiça, **Dra. Mariana Cristina Diniz dos Santos**, declarou aberta a audiência e esclareceu a metodologia a ser adotada. Informou que, para garantir o protagonismo dos cidadãos, não haveria a composição de uma mesa formal de autoridades, pois o papel central do evento caberia à população. Explicou que o Ministério Público atuaria apenas na organização dos trabalhos e que todas as falas seriam gravadas para a posterior elaboração de uma ata fiel, a qual seria publicizada e encaminhada às autoridades competentes, incluindo o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores.

A Promotora ressaltou que o objetivo era municiar os poderes Executivo e Legislativo com as demandas e diagnósticos apresentados, a fim de que o princípio constitucional da prioridade absoluta para crianças e adolescentes fosse efetivamente cumprido. Para garantir a organização e a participação de todos, estabeleceu um tempo de fala de aproximadamente cinco minutos para cada inscrito.

Em seguida, concedeu a palavra ao Professor **Bráulio Magalhães**, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-GV) e coordenador do projeto de extensão NEJUS (Núcleo de Estudos e Extensão Juventude e Socioeducação), para

uma explanação técnica. O professor elucidou que o PPAG é a principal peça de planejamento do município, com vigência de quatro anos (2026-2029), e que a gestão atual executa o último ano do plano elaborado pela administração anterior. Ressaltou a importância crucial do momento, pois as demandas não previstas no novo PPAG dificilmente obterão recursos nos anos seguintes. Enfatizou que a audiência pública é um instrumento democrático fundamental para orientar os gestores e o parlamento, e encorajou a participação de todos, sem a necessidade de rigor técnico, para que a realidade vivida pela população instrua a elaboração de um orçamento que reflita as verdadeiras necessidades do município.

Aberta a fala ao público, manifestaram-se os seguintes participantes:

**Samuel Lara de Araújo**, representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Nordeste Mineiro (SINEP), destacou o compromisso da rede privada com a educação e com a legislação vigente. Apontou a inclusão de alunos com deficiência como um grande desafio, atribuindo-o à carência de profissionais qualificados. Fez referência ao artigo 58 da LDB e ao Decreto 7611, esclarecendo a necessidade de uma segunda matrícula em instituição especializada (como APAs e Pestalozzi) para o atendimento educacional especializado, e sublinhou que os custos com acompanhantes terapêuticos, em muitos casos, são de responsabilidade da família, buscando evitar a judicialização desnecessária de questões por falta de conhecimento da lei.

**Gustavo Veríssimo**, Secretário Municipal de Planejamento, acompanhado por sua equipe técnica, afirmou o compromisso da atual gestão com a escuta popular para a formulação do orçamento. Para ilustrar a importância do planejamento, utilizou a analogia de uma família com renda mensal de R\$ 4.000,00, que ao longo de quatro anos disporia de R\$ 192.000,00 para todas as suas despesas, necessitando de uma lista de prioridades para gastar o recurso de forma eficiente. Conclamou os jovens a refletirem sobre as carências em seu cotidiano — desde o transporte escolar até o suporte a um familiar com deficiência — e a trazerem essas demandas para que o poder público possa conhecê-las e atendê-las.

Professor **Bráulio Magalhães** (em segunda fala), pontuou demandas específicas. Mencionou o Centro de Integração inacabado no bairro Turmalina, uma região de alta vulnerabilidade. Requereu que a "prioridade absoluta" seja traduzida em orçamento real, citando como exemplo a situação da escola do bairro Penha, que oferece ensino apenas até a sexta série, obrigando os alunos a um deslocamento difícil e desestimulante. Apresentou o dado de que 35% dos concluintes do ensino fundamental em Valadares não se matriculam no ensino médio, correlacionando essa evasão com os altos índices de letalidade juvenil na cidade. Concluiu afirmando que "política se faz com definição política, prioridade e dinheiro".

**Euclides Acácio de Souza**, vice-presidente do CMDCA, enfatizou a importância do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) como estratégia para atuar nas causas da vulnerabilidade social. Citou a frase "o coração da criança é de quem chega primeiro" para defender o investimento na faixa etária de zero a seis anos. Anunciou a iminente publicação de um edital do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) e incentivou a participação da sociedade civil nos conselhos de direitos.

**Luciana Borges de Almeida**, professora da rede pública e diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SIND-UTE), relatou a realidade da sala de aula, destacando a falta de atratividade da escola pública e a discrepância com a rede privada. Sugeriu a criação de cursinhos pré-vestibular nas periferias. Criticou a política de "correção de fluxo", que, em sua visão, aprova alunos sem garantir o aprendizado, e apontou que o ensino médio integral muitas vezes não atende à realidade dos jovens que precisam trabalhar.

**Dr. Jackson Silva**, Defensor Público com atuação na área da Infância, apresentou seis propostas objetivas para o PPAG: 1) Melhoria na estrutura física e de pessoal das instituições de acolhimento; 2) Criação de um programa de atendimento psicoterapêutico para crianças e adolescentes; 3) Aquisição regular de medicamentos para crianças e adolescentes atípicos, a fim de evitar a judicialização; 4) Ampliação de vagas em creches, com atenção à proximidade da residência das famílias; 5) Melhoria na infraestrutura e capacitação contínua dos Conselhos Tutelares; 6) Criação de um programa com foco em cultura e lazer para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como forma de prevenção à reincidência.

**Paloma Camargos**, advogada da Casa Semiliberdade e especialista em Direitos da Criança e do Adolescente, focou sua fala nos adolescentes ameaçados de morte. Alertou que o município não possui políticas de proteção eficazes, fazendo com que esses jovens só revelem a ameaça em contextos judiciais. Propôs a criação de um orçamento para despesas emergenciais (transporte, alimentação, alojamento) para a retirada imediata de adolescentes de territórios de risco, citando um caso concreto em que não havia meios para custear a viagem de um jovem para um local seguro.

**Gisela Oliveira**, assistente social da Vara da Infância e Juventude, propôs a capacitação de profissionais da rede em Justiça Restaurativa como método de prevenção à violência. Solicitou recursos para a realização de oficinas de

parentalidade e para a criação de um "plantão social", um serviço para atender adolescentes em situações de emergência fora do horário administrativo, demanda que hoje sobrecarrega os Conselhos Tutelares.

**Sandra Cristina Pinheiro**, do Instituto Nosso Lar, afirmou que a prioridade à criança deve ser orçamentária e informou que entregaria suas contribuições por escrito, com foco em propostas para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

**Danilo Nunes Fernandes**, conhecido como "Korvo" do Coletivo Deck e da Casa de Cultura Cumbuca, descreveu o trabalho do coletivo em bairros periféricos, utilizando o hip-hop e outras oficinas como ferramentas de transformação social. Relatou a dificuldade burocrática para formalizar associações (obter CNPJ), o que impede o acesso a recursos. Denunciou a violência policial contra a juventude e a ausência de políticas públicas em territórios vulneráveis, afirmando que "onde não chega a oportunidade, chega o crime".

**Marco Antônio**, pastor da Igreja Metodista Central, relatou a luta diária de sua instituição para manter projetos sociais que atendem crianças e adolescentes, incluindo acolhidos. Criticou a dificuldade de acesso aos conselhos de direitos e a morosidade na liberação de recursos do FIA através de editais, defendendo a necessidade de avaliar as políticas existentes antes de propor novas.

As demais falas seguiram a linha de reforçar as demandas por acessibilidade (com ênfase na inclusão de libras como matéria curricular), melhorias na mobilidade urbana para pessoas com deficiência, ampliação dos benefícios e da qualidade dos programas de Jovem Aprendiz e a necessidade de apoio psicológico tanto para os usuários dos serviços quanto para os profissionais da rede.

### **3. Ponderações da Promotoria de Justiça**

Ao final das exposições do público, a Promotora de Justiça, Dra. Mariana Cristina Diniz dos Santos, fez as seguintes ponderações para constarem em ata, a título de contribuição para a elaboração das políticas públicas:

- 1.** A necessidade de potencializar o instituto da guarda subsidiada, a fim de fortalecer o apoio financeiro às famílias extensas que acolhem crianças e adolescentes órfãos ou afastados do convívio parental, como forma de garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

2. A importância de garantir remuneração digna a todos os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com especial atenção aos que atuam nos serviços de acolhimento (técnicos, coordenadores, educadores sociais), como condição para a qualidade do serviço prestado.

3. A criação de uma rubrica orçamentária específica para "despesas miúdas" nos serviços de acolhimento institucional, permitindo a compra de itens cotidianos (presentes de aniversário, lanches, pequenas vestimentas) que promovam a dignidade e a socialização das crianças e adolescentes acolhidos, sem depender de caridade.

#### **4. Encerramento**

Não havendo mais inscritos, a Promotora de Justiça agradeceu a presença e a profundidade das contribuições de todos os participantes. Reafirmou que a mobilização social é a principal ferramenta para a construção de políticas públicas justas e eficazes e que todas as demandas seriam compiladas e devidamente encaminhadas. Declarou, por fim, encerrada a Audiência Pública.

30 de junho de 2025, Governador Valadares - MG

Mariana Cristina Diniz dos Santos  
Promotora de Justiça